

Assessoria de Imprensa e Comunicação Social

30
Mar
2017



CLIP PING

TJ
ES

Poder Judiciário • Tribunal de Justiça do Espírito Santo

TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Varas de fórum serão transferidas em junho

Nove Varas da Fazenda Pública e Execuções Fiscais irão do Centro para a Enseada do Suá, em espaço alugado por R\$ 105 mil ao mês

Caio Miranda

O Tribunal de Justiça do Espírito Santo (TJ-ES) vai fazer, a partir do final de junho, a transferência de nove Varas da Fazenda Pública e Execuções Fiscais, do Fórum Cível de Vitória, localizado no Centro, para o edifício Vértice, na Enseada do Suá.

A medida permitirá, em um primeiro momento, a realocação das outras 18 jurisdições no prédio da Comarca, criando mais espaço de trabalho. As nove Varas serão distribuídas em três andares e meio do edifício Vértice. No total, serão ocupados 2.443 m² do prédio.

O aluguel será de R\$ 105 mil mensais, pago com verba de arrecadação própria.

De acordo com o juiz Marcelo Loureiro, diretor do Fórum, os prazos processuais serão suspensos apenas durante o período de mudança das instalações, o que deve ser rápido.

O presidente da seccional capixaba da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-ES), Homero Mafra, criticou a decisão. “Em tempos de crise, era necessário buscar um local mais barato. O ideal seria um prédio mais próximo ao Fórum. A Ordem se coloca totalmente contrária à mudança para o Vértice”.

REFORMA

Paralelamente, a Secretaria de Engenharia do TJ-ES está finalizando os projetos para a reforma



FACHADA do Edifício Vértice, que terá três andares e meio ocupados

do edifício Jerônimo Monteiro, também no Centro, que foi cedido pela União. A obra será feita durante todo o ano de 2018 e 13 Varas serão transferidas para o local, assim que a reforma for concluída.

Depois dessa mudança, o Tribunal iniciará uma reforma do prédio atual da Comarca, com previsão de início no fim de 2018 e término no segundo semestre de 2019.

Após todas as obras, que ainda

não possuem orçamento, as Varas transferidas para o Vértice retornam ao Centro, que contará com dois prédios: o atual e o Jerônimo Monteiro.

“Vamos atender ao Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que estipula área mínima de ocupação por servidor de 5 m². Todas as fiações também serão trocadas”, explicou o secretário de Engenharia, Wagner Marques.

ENTENDA O CASO

Prédio no Centro será reformado

- ▶ NOVE VARAS de Fazenda Pública e Execuções Fiscais do Fórum Cível de Vitória serão transferidas no fim de junho para o Edifício Vértice Empresarial Enseada, na rua Tenente Mário Francisco Brito, na Enseada do Suá, na capital.
- ▶ OS ANDARES 16, 17, 18 e 19 estão sendo reformados, a custo do proprietário do imóvel, para receber as Varas.
- ▶ SERÃO PAGOS R\$ 105 mil por mês de aluguel do espaço, que tem 2.443 m². A verba é proveniente do Fundo de Aparelhamento do Poder Judiciário.
- ▶ OUTRAS 13 Varas do Fórum Cível de Vitória serão transferidas para o Edifício Jerônimo Monteiro, no Centro, assim que o prédio cedido pela União for reformado. A previsão é que a obra dure todo o ano que vem.
- ▶ NO FINAL de 2018, o prédio atual do

Fórum passará por reforma, com término previsto para o final de 2019.

- ▶ APÓS A OBRA, as nove Varas realocadas no edifício Vértice retornam, juntando a outras cinco que permanecerão mesmo durante a reforma.
- ▶ AS 13 VARAS transferidas para o Jerônimo Monteiro continuarão no prédio.



FÓRUM de Vitória: situação precária

“Mudanças precisam ser rápidas”, afirma sindicato

Na terça-feira, o Sindicato dos Servidores do Poder Judiciário Estadual (Sindjudiciário-ES) teve pedido de interdição da Comarca da capital – por precariedade da estrutura – negado pelo CNJ. Para a presidente do sindicato, Adda Monteiro Lobato Machado, as mudanças precisam ser rápidas.

“O prédio é velho e falta espaço para os cartórios. É processo para todos os lados, não há espaço para as pessoas trabalharem. Com a transferência das Varas, a situação deve melhorar. Torcemos para que as obras sejam concluídas o mais rápido possível, pois a situação dos servidores é complicada”, concluiu Adda.

REFLEXO DA GREVE

Cinco PMs que impediram prisão de Capitão Assumção são detidos

Acusação inclui resistência e agressões durante o cumprimento de ordem judicial

▲ **VILMARA FERNANDES**
vfernandes@redgazeta.com.br

Cinco policiais militares da ativa que tentaram impedir que o ex-deputado federal e militar da reserva, Lucínio Castelo de Assumção, o Capitão Assumção, fosse detido, no último mês de fevereiro, tiveram a sua prisão decretada na última terça-feira. Os mandados de prisão foram cumpridos durante o dia de ontem.

A Corregedoria da Polícia Militar não divulgou os nomes, mas eles foram listados no processo, que não está sob sigilo, constante site do Tribunal de Justiça. São eles: Heryson Andrade Ladislau Silva, Marcos Israel Ferreira da Silva, Fernando Januário Cristo, Caio Gumiero de Oliveira e Marcos José Seidel, todos soldados.

Além deles, também foi determinado um novo mandado de prisão para Assumção, por resistir, com uso de violência, à prisão. Ele foi notificado ontem sobre o caso.



Capitão Assumção agora está preso no quartel

De acordo com a decisão do juiz Getúlio Marcos Pereira Neves, da Vara da Auditoria Militar, os militares são acusados de resistência, ameaças e agressões praticadas durante o cumprimento de uma ordem judicial.

TUMULTO

A confusão envolvendo os militares ocorreu no dia 25 de fevereiro. A prisão de Assumção havia sido decretada e, quando os militares, acompanhados do corregedor, coronel Ilton Borges, foram executá-la, houve resistência. O fato aconteceu em frente ao 4º Batalhão, em Vila Velha, que na época tinha os



Batalhão da PM em Vila Velha, onde aconteceu a confusão durante a greve militar

seus acessos bloqueados em decorrência da greve dos militares. Com a confusão, Assumção fugiu.

Em sua decisão o juiz relata que, no momento da prisão, Assumção fez ofensas a dois oficiais superiores, além de "agressões físicas perpetradas pelos praças contra oficiais, ao saque de arma de fogo por uma praça contra oficial superior e outras

arruaças que culminaram na fuga do indiciado Capitão Assumção".

O juiz acrescenta que, segundo relatos do Ministério Público Estadual, houve "indícios da prática de lesões corporais, resistência, ameaça e violência contra superior por parte dos indiciados". Ele destaca ainda que as prisões são necessários porque foi constatado "haver dispo-

RICARDO MEDEIROS - 22/02/2017

70º BATALHÃO

PMES

EM JUIZ "PROTEGIDO GARANTIS"

"AOS SEUS REAJUSTES SALARIAIS"

PMES

EM JUIZ "PROTEGIDO GARANTIS"

"AOS SEUS REAJUSTES SALARIAIS"

PMES

EM JUIZ "PROTEGIDO GARANTIS"

"AOS SEUS REAJUSTES SALARIAIS"

PMES

EM JUIZ "PROTEGIDO GARANTIS"

"AOS SEUS REAJUSTES SALARIAIS"

PMES

EM JUIZ "PROTEGIDO GARANTIS"

"AOS SEUS REAJUSTES SALARIAIS"

PMES

EM JUIZ "PROTEGIDO GARANTIS"

"AOS SEUS REAJUSTES SALARIAIS"

PMES

EM JUIZ "PROTEGIDO GARANTIS"

"AOS SEUS REAJUSTES SALARIAIS"

PMES

EM JUIZ "PROTEGIDO GARANTIS"

"AOS SEUS REAJUSTES SALARIAIS"

PMES

EM JUIZ "PROTEGIDO GARANTIS"

"AOS SEUS REAJUSTES SALARIAIS"

PMES

EM JUIZ "PROTEGIDO GARANTIS"

"AOS SEUS REAJUSTES SALARIAIS"

PMES

EM JUIZ "PROTEGIDO GARANTIS"

"AOS SEUS REAJUSTES SALARIAIS"

PMES

EM JUIZ "PROTEGIDO GARANTIS"

"AOS SEUS REAJUSTES SALARIAIS"

PMES

EM JUIZ "PROTEGIDO GARANTIS"

"AOS SEUS REAJUSTES SALARIAIS"

PMES

EM JUIZ "PROTEGIDO GARANTIS"

"AOS SEUS REAJUSTES SALARIAIS"

PMES

EM JUIZ "PROTEGIDO GARANTIS"

"AOS SEUS REAJUSTES SALARIAIS"

PMES

EM JUIZ "PROTEGIDO GARANTIS"

"AOS SEUS REAJUSTES SALARIAIS"

PMES

EM JUIZ "PROTEGIDO GARANTIS"

"AOS SEUS REAJUSTES SALARIAIS"

PMES

EM JUIZ "PROTEGIDO GARANTIS"

"AOS SEUS REAJUSTES SALARIAIS"

PMES

EM JUIZ "PROTEGIDO GARANTIS"

"AOS SEUS REAJUSTES SALARIAIS"

PMES

EM JUIZ "PROTEGIDO GARANTIS"

"AOS SEUS REAJUSTES SALARIAIS"

PMES

EM JUIZ "PROTEGIDO GARANTIS"

"AOS SEUS REAJUSTES SALARIAIS"

PMES

EM JUIZ "PROTEGIDO GARANTIS"

"AOS SEUS REAJUSTES SALARIAIS"

PMES

EM JUIZ "PROTEGIDO GARANTIS"

"AOS SEUS REAJUSTES SALARIAIS"

PMES

EM JUIZ "PROTEGIDO GARANTIS"

"AOS SEUS REAJUSTES SALARIAIS"

PMES

EM JUIZ "PROTEGIDO GARANTIS"

"AOS SEUS REAJUSTES SALARIAIS"

PMES

EM JUIZ "PROTEGIDO GARANTIS"

"AOS SEUS REAJUSTES SALARIAIS"

PMES

EM JUIZ "PROTEGIDO GARANTIS"

"AOS SEUS REAJUSTES SALARIAIS"

PMES

EM JUIZ "PROTEGIDO GARANTIS"

"AOS SEUS REAJUSTES SALARIAIS"

PMES

EM JUIZ "PROTEGIDO GARANTIS"

"AOS SEUS REAJUSTES SALARIAIS"

PMES

EM JUIZ "PROTEGIDO GARANTIS"

"AOS SEUS REAJUSTES SALARIAIS"

PMES

EM JUIZ "PROTEGIDO GARANTIS"

"AOS SEUS REAJUSTES SALARIAIS"

PMES

EM JUIZ "PROTEGIDO GARANTIS"

ENTENDA

PRISÕES

▼ Protocolo Fantasma

Seis pessoas, suspeitas de articularem uma nova greve dos policiais militares, tiveram a sua prisão decretada pela 4ª Vara Criminal de Vitória, na operação que ficou conhecida como "Protocolo Fantasma". São eles:

▲ ANJELA SOUZA SANTOS

▼ Liderança

É casada com o cabo Wellington dos Santos Alvarenga. Segundo as investigações, era uma das principais vozes ativas e de liderança do movimento grevista. E já preparava um novo bloqueio dos batalhões e unidades da PM. Está no Centro de Detenção Provisório Feminino de Viana.

▲ WALTER MATIAS LOPES

▼ Liderança

As investigações apontam que ele, que é ex-PM, apoiou o movimento paredista, com auxílio material e articulação interna para coordenar e



Tenente-coronel Foresti e o ex-PM Matias: na cadeia

incentivar as ações criminosas, figurando, ao lado de Ângela, como uma das principais lideranças do movimento. É casado com Izabela Renata Andrade Costa. Está na Penitenciária de Segurança Média I, em Viana.

▲ CLÁUDIA GONÇALVES BISPO

▼ Articulação

Mãe do soldado Bispo, agiu na articulação do movimento pelo Estado,



incitando e organizando a retomada das ações para o bloqueio de batalhões do interior. Presa, foi transferida sob internação para o HPM.

▲ LEONARDO FERNANDES NASCIMENTO

▼ Segurança

É um policial militar da ativa. Foi preso por sua participação ativa na organização da nova greve. Segundo a investigação, ele realizava

a segurança das reuniões do movimento de mulheres e familiares. Está no presídio militar.

▲ IZABELA RENATA ANDRADE

▼ Ocultação

Presa por ocultação de provas, foi liberada na última terça-feira.

▲ JOÃO MARCOS MALTA DE AGUIAR

▼ Ocultação

Preso por ocultação de provas, está no presídio militar.

OUTROS

▼ Detidos

Outros seis militares, incluindo oficiais, tiveram a sua prisão decretada no início do mês de março por incitação à greve. São eles: o tenente-coronel Carlos Alberto Foresti; o Capitão Assumção; o soldado Maxsom Luiz da Conceição e o sargento Aurélio Robson Fonseca da Silva, mais conhecido como Sargento Robson, a soldado Suellen e um militar não identificado.

Mulher de ex-policia Matias está em liberdade

▲ A esposa do ex-policia militar Walter Matias Lopes, Izabela Renata Andrade, presa na última quinta-feira, já está em liberdade. Izabela teve a prisão temporária de cinco dias decretada, pois, segundo a Justiça, ela e o policial militar João Marcos Malta de Aguiar, que também foi preso, teriam ocultado provas que acabou prejudicando o andamento da investigação da operação "Protocolo Fantasma", do Ministério Público Estadual (MPES), realizada no dia 20 deste mês.

Na operação foram cumpridos quatro mandados de prisão preventiva, 23 mandados de busca e apreensão e 17 notificações para depoimento, expedidos pelo Juízo da 4ª Vara Criminal de Vitória e tendo como alvos



Izabela foi solta na madrugada de terça-feira

policiais militares, familiares de policiais e representantes de associações classistas.

Izabela estava detida no Centro de Detenção Provisória Feminino de Viana e foi solta na madrugada da última terça-feira, pois o prazo da prisão havia vencido. O advogado de Izabela não foi localizado pela reportagem.

DIÁLOGO

Impasse na concessão da Terceira Ponte perto do fim

Acontece amanhã a primeira reunião de conciliação entre Rodosol e Estado

de **VILMARA FERNANDES**
vfernandes@redgazeta.com.br

A primeira reunião de conciliação para por fim ao impasse que já dura 18 anos, e que envolve contestações sobre o contrato assinado entre a concessionária Rodosol e o Estado, acontece amanhã, no Tribunal de Justiça. O encontro será às 14 horas, na sala do 1º Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania.

A proposta é que as partes envolvidas no processo possam encontrar uma solução mais rápida para o impasse, segundo informou a desembargadora Janete Vargas Simões, em entrevista concedida para A GAZETA, sobre o assunto, no último mês. “O objetivo é que sentem, conver-



A Terceira Ponte é administrada pela Rodosol, concessionária desde 1998

sem, dialoguem com todas as instituições envolvidas, para que se tenha uma decisão mais rápida e mais efetiva”, assinalou.

Ela coordena o Núcleo

Permanente de Métodos Consensuais de Soluções de Conflito (Nupemec), do Tribunal de Justiça. O processo da Rodosol foi encaminhado para lá em

janeiro, por decisão do juiz Felipe Monteiro Morgado Horta, da 2ª Vara da Fazenda Pública Estadual. Nela, ele destaca que o contrato de concessão

“já é objeto de diversas ações judiciais, tornando sua solução mais complexa, cara e demorada”.

E acrescenta ainda que o contrato abrange elementos viários de importância vital para a Região Metropolitana (Terceira Ponte e Rodovia do Sol), “afetando a vida, trabalho e saúde de milhares de cidadãos”. Nesse sentido, complementa o juiz, “uma solução mais rápida e adequada atenderia aos interesses de todos”.

O contrato assinado com a Rodosol é alvo de diversos processos judiciais. Mais recentemente foram realizadas duas auditorias que apontam resultados completamente diferentes. Uma delas aponta que a concessionária deve devolver ao Estado mais de R\$ 613 milhões. A outra diz que é o Estado que deve à empresa mais de R\$ 80 milhões.

VAI E VEM

CONTRATO

▼ Assinatura

O Estado assinou em 1998 o contrato de concessão, por 25 anos, do Sistema Rodosol, que inclui a Terceira Ponte e 67,5 km da Rodovia do Sol, ligando Vitória a Guarapari.

CONTESTAÇÃO

▼ Várias

Desde 1998, o contrato é alvo de contestações judiciais. Houve uma Ação Popular e outra Civil, movida pelo Ministério Público Estadual, ambas visando à anulação do edital que deu origem à concessão. Também foram realizadas sete auditorias, todas com resultados diferentes, sem contar CPI e Comissões Parlamentares.

AVALIAÇÕES

▼ Mais recentes

Uma delas feita pelo Tribunal de Contas, iniciada em 2013, e aponta uma dívida da concessionária de mais de R\$ 600 milhões. Para os peritos indicados pela Justiça estadual o cenário é outro, e é o Estado que deve à concessionária mais de R\$ 80 milhões.

SALÁRIOS**Nassau
deve pagar
atrasados**

Uma decisão judicial obrigou a empresa Cimento Nassau a pagar os salários atrasados dos seus empregados. Em audiência realizada no dia 23 de março, na 2ª Vara do Trabalho de Cachoeiro de Itapemirim, o juiz Giovanni Antônio Diniz Guerra entendeu que os salários dos aproximadamente 600 empregados da Nassau estavam atrasados desde novembro de 2016. Alguns ainda não receberam as férias usufruídas em 2016 e 2017. Segundo o juiz, a Nassau deve pagar 65% do salário líquido de fevereiro até o dia 7 de abril, com risco de multa.

Pais vão à Justiça para descobrir doença rara

MIMOSO DO SUL

Os pais de uma menina de 2 anos de Mimoso do Sul, no Sul do Estado, vivem um verdadeiro drama. Stella Baier Venturi tem uma doença rara, que dificulta seu desenvolvimento, mas até hoje a família sequer conseguiu descobrir qual a sua enfermidade.

Segundo a dona de casa Beatriz Rocha Baier Venturi e o marido, Elton Barbosa Venturi, pais da menina, a suspeita dos médicos é que a filha seja portadora de uma síndrome. Porém, para descobrir qual o tipo, é necessário realizar uma análise cromossômica por Microarray, exame que detecta alterações genéticas e que custa R\$ 8 mil.

REPRODUÇÃO/ALESSANDRO DE PAULA



STELLA COM OS PAIS: drama

Como, o procedimento não foi autorizado pela Secretaria de Estado da Saúde (Sesa), segundo a mãe, a família entrou com ação na Justiça em junho do ano passado. Ganhou a causa duas vezes, mas o Estado recorreu.

“O exame é fundamental para continuar o tratamento de minha filha. O ortopedista que a atendeu, por exemplo, disse que prefere esperar o resultado antes de operá-la”, disse a mãe. Sensibilizados com a situação dos pais da criança, moradores de Mimoso do Sul iniciaram uma campanha nas redes sociais para arrecadar dinheiro.

A criança não anda, não fala e faz tratamento com fisioterapeuta e fonoaudiólogo. Também desenvolveu uma escoliose (encurvamento anormal da coluna vertebral) e uma luxação (deslocamento de um ou mais ossos) no quadril.

A mãe desconfiou que alguma coisa não ia bem com a filha quando ela ainda era bebê. A criança passou por várias consultas até que, em abril de 2016, um especialista solicitou a análise cromossômica.

Por meio de nota, a Sesa informou que a decisão judicial é para realizar um exame muito específico. Por esse motivo, foi agendada uma consulta com um geneticista no dia 10 de abril, para que seja dado o encaminhamento necessário.

Quem quiser ajudar a família pode fazer contato pelo telefone (28) 99905-0366.

Presos ajudam a reformar hospital para receber crianças no ES

Ao todo, 11 homens trabalham na obra do futuro pronto-socorro do Hospital Infantil de Vitória. Eles também fazem pinturas de desenhos nas paredes.

Presos no Espírito Santo têm trabalhado na reforma do futuro pronto-socorro do Hospital Infantil de Vitória. Ao todo, 11 homens trabalham na obra. Além da reforma, eles fazem pinturas de desenhos, figuras e paisagens, com o objetivo de humanizar o local.

“Dá para falar muita coisa através do desenho. É uma satisfação muito grande desenhar para crianças, transmitir alegria para elas”, disse o detento Fábio Gomes Pinheiro, 31 anos.

O pronto-socorro do Hospital Infantil da capital vai ser transferido, até o final de junho, da estrutura localizada em Santa Lúcia para a área dentro do Hospital da Polícia Militar (HPM), em Vitória.

O objetivo da reforma e pinturas é humanizar um ambiente que, por si só, já representa momentos de angústia e, ao mesmo tempo, esperança para os pequenos e seus pais.

Fábio passa os dias de trabalho e as noites na prisão para cumprir a pena e aliviar a culpa pela condenação por um homicídio. “Me arrependo muito de ter feito isso. Perdi a juventude da minha filha. As mães das coleguinhas dela falam para não brincar com ela. Mas graças a Deus ela não me abandona”, diz Fábio.

Os detentos trabalhadores recebem um salário mínimo e têm um dia de prisão descontado para cada três trabalhado.

“Isso é parte do processo de ressocialização. Desperta nele a vontade de seguir regras sociais. E tem a possibilidade de observação (do comportamento) que pode influenciar nas decisões judiciais”, diz o secretário de Estado da Justiça, Wallace Tarcísio Pontes, ao citar também a reinserção no mercado de trabalho.

Ostentação

Em comum no passado, a maioria relata a vontade de querer ter mais. “Tem a ostentação. Você quer ter uma roupa melhor, frequentar lugares melhores e acaba fazendo isso”, diz Juvani Mendonça da Conceição, de 44 anos. O “isso” a que ele se refere é tráfico de drogas, o motivo de sua presença no sistema prisional.

Mesma situação de Gelton Alves Costa, de 26 anos, que também ajuda na reforma do HPM. “Foi mais a ostentação. A gente acaba querendo ter, mas de forma ilegal”, lembra.

Mas para ambos, os planos hoje são outros. “Como aprendi marcenaria, pretendo montar uma”, diz Gelton. “Vou abrir meu próprio negócio. Tenho meus pais, esposa, filhos e quatro netos. Desejo para eles que se formem, tenham faculdade”, completa Juvani.

Fábio Gomes Pinheiro também lembra da família ao falar sobre o trabalho no HPM. “Meus pais não esperavam isso de mim (matar alguém). Quando dei a notícia para eles de que eu estava trabalhando, eles pularam de alegria.”

Presos ajudam a reformar hospital para receber crianças no ES

Governo precisa de mais parcerias

Dos 19.650 detentos do Sistema Prisionero, 2.590 trabalham dentro ou fora das unidades. Esse número poderia ser muito maior, caso houvesse mais adesões de empresas interessadas em fazer parcerias.

“O sistema prisional não registra morte violenta há dois anos. A última rebelião ocorreu há mais de três. Isso demonstra pacificação do sistema. Mas o empresário ainda tem receio”, lamenta Wallace Tarcísio Pontes, secretário de estado da Justiça.

Ele diz que, hoje, 218 empresas contratam mão de obra de presos em regime semiaberto, em que o detento pode sair para trabalhar e deve retornar à unidade no final do dia.

Há possibilidade de as empresas se instalarem também nas áreas dos presídios e atender quem cumpre sua pena em regime fechado. Mas, para isso, é preciso ter a confiança de que nada de errado ocorrerá.

“O preso não recebe nenhuma vantagem trabalhista, nem previdenciária. E a empresa não paga aluguel”, cita o secretário sobre as condições para empresas que se instalam em unidades prisionais.

Esperança

Preso duas vezes por tráfico de drogas, um detento que prefere não se identificar, de 33 anos, aguarda liberdade, prevista para o final do ano, no sistema semiaberto, trabalhando na reforma da área do Hospital da Polícia Militar que vai receber o pronto-socorro do Hospital Infantil de Vitória. Por que foi preso?

Por causa da ganância. Hoje sei que foi por causa da ganância. Meus pais são de classe média, sempre estudei em escola particular. Toda pessoa tem condição de conquistar algo. A minha foi de forma ilícita.

O que os seus pais pensavam antes e dizem agora ao te ver trabalhando?

Na época foi um baque muito grande. Minha mãe entrou em depressão, meu pai também. Nessa segunda vez, mostrei mudanças, fico estudando. Pela primeira vez eles estão acreditando em mim.

RESSOCIALIZAÇÃO

Presos ajudam na reforma de hospital para receber crianças

Detentos trabalham no HPM, onde funcionará pronto-socorro do Hospital Infantil

▲ **KATILAINE CHAGAS**
kchagas@reddegazeta.com.br

Tudo o que eles querem é voltar para o convívio dos seus filhos ou de seus pais. Condenados por crimes diversos, hoje eles diminuem a distância do tempo até esse objetivo ajudando a reformar e a humanizar o ambiente que vai ter a missão de cuidar das crianças de outros pais e mães.

"Dá para falar muita coisa através do desenho. É uma satisfação muito grande desenhar para crianças, transmitir alegria para elas", diz Fábio Gomes Pinheiro, 31 anos.

Ele é um dos onze homens do regime semiaberto que trabalham no futuro pronto-socorro do Hospital Infantil de Vitória. O local vai ser transferido, até o final de junho, da estrutura localizada em Santa Lúcia para a área dentro do Hospital da Polícia Militar (HPM), em Vitória.

Além da reforma do lugar, eles fazem pinturas de desenhos, figuras e paisagens. Tudo para humanizar um ambiente que, por si só, já representa momentos de angústia e, ao mesmo tempo, esperança para os pequenos e seus pais.

Fábio passa os dias de trabalho e as noites na prisão para cumprir a pena e aliviar a culpa pela condenação por um homicídio. "Me arrependo muito de ter feito isso. Perdi a juventude da minha filha. As mães das coleguinhas dela falam para não brincar com ela. Mas graças a Deus ela não me

abandona", diz Fábio.

Os detentos trabalhadores recebem um salário mínimo e têm um dia de prisão descontado para cada três trabalhado. "Isso é parte do processo de ressocialização. Desperta nele a vontade de seguir regras sociais. E tem a possibilidade de observação (do comportamento) que pode influenciar nas decisões judiciais", diz o secretário de Estado da Justiça, Wallace Tarcísio Pontes, ao citar também a reinserção no mercado de trabalho.

OSTENTAÇÃO

Em comum no passado, a maioria relata a vontade de querer ter mais. "Tem a ostentação. Você quer ter uma roupa melhor, frequentar lugares melhores e acaba fazendo isso", diz Juvani Mendonça da Conceição, 44. O "isso" a que ele se refere é tráfico de drogas, o motivo de sua presença no sistema prisional.

Mesma situação de Gelton Alves Costa, 26, que também ajuda na reforma do HPM. "Foi mais a ostentação. A gente acaba querendo ter, mas de forma ilegal", lembra.

Mas para ambos, os planos hoje são outros. "Como aprendi marcenaria, pretendo montar uma", diz Gelton. "Vou abrir meu próprio negócio. Tenho meus pais, esposa, filhos e quatro netos. Desejo para eles que se formem, tenham faculdade", completa Juvani.

Fábio também lembra da família ao falar sobre o trabalho no HPM. "Meus pais não esperavam isso de mim (matar alguém). Quando dei a notícia para eles de que eu estava trabalhando, eles pularam de alegria."



Fábio passa os dias trabalhando no hospital e diz ter satisfação em oferecer seus serviços de pintor



Detento desenha na parede do pronto-socorro



Juvani ajuda na reforma e faz planos de vida

ESPERANÇA

"PELA PRIMEIRA VEZ ACREDITAM EM MIM"

X., 33 anos
Detento

▲ Preso duas vezes acusado de tráfico de drogas, um detento que prefere não se identificar, de 33 anos, hoje aguarda sua liberdade, pre-

vista para o final do ano, no sistema semiaberto, trabalhando na reforma da área do Hospital da Polícia Militar que vai receber o pronto-socorro do Hospital Infantil de Vitória.

Por que foi preso?

Por causa da ganância. Hoje sei que foi por causa da ganância. Meus pais são de classe média, sempre estudei em escola particular. Toda pessoa tem con-

dição de conquistar algo. A minha foi de forma ilícita.

O que os seus pais pensavam antes e dizem agora ao te ver trabalhando?

Na época foi um baque muito grande. Minha mãe entrou em depressão, meu pai também. Nessa segunda vez, mostrei mudanças, fico estudando. Pela primeira vez eles estão acreditando em mim.

Governo precisa de mais parcerias

▲ Dos 19.650 detentos do Sistema Prisional do Estado, 2.590 trabalham dentro ou fora das unidades. Esse número poderia ser muito maior, caso houvesse mais adesões de empresas interessadas em fazer parcerias.

"O sistema prisional não registra morte violenta há dois anos. A última rebelião ocorreu há mais

de três. Isso demonstra pacificação do sistema. Mas o empresário ainda tem receio", lamenta Wallace Tarcísio Pontes, secretário de Estado da Justiça.

Ele diz que hoje, 218 empresas contratam mão de obra de presos em regime semiaberto, em que o detento pode sair para trabalhar e deve retornar à

unidade no final do dia.

Há possibilidade de as empresas se instalarem também nas áreas dos presídios e atender quem cumpre sua pena em regime fechado. Mas, para isso, é preciso ter a confiança de que nada de errado ocorrerá.

"O preso não recebe nenhuma vantagem trabalhista, nem previdenciária. E a empresa não paga aluguel", cita o secretário sobre as condições para empresas que se instalam em unidades prisionais.

EDSON CHAGAS

EDSON CHAGAS

EDSON CHAGAS



lximenes@redegazeta.com.br

VICTOR HUGO

Leonel Ximenes



PM com até cinco anos de serviço terá que ir para as ruas

Os policiais militares com menos cinco anos de serviço estão proibidos, a partir de agora, de trabalharem na burocracia da PM. Ou seja, todos esses policiais terão que ir para as ruas reforçar o policiamento ostensivo. A portaria, assinada pelo comandante-geral da PM, coronel Nylton Rodrigues, está sendo publicada hoje no Boletim do Comando-Geral.

Efeito imediato

Segundo a coluna apurou, todos os cerca de 200 PMs que estão na administração da corporação terão que ir para as ruas imediatamente.

Zerou

Pela primeira vez desde que acabou a greve da Polícia Militar, o Estado passou um dia sem registrar homicídio. Foi na última segunda-feira. Na terça-feira, aconteceu apenas um, em Castelo Branco, Cariacica.

A barbárie

No auge do movimento da PM, o quadro era bem diferente: na madrugada de segunda-feira, dia 6 de fevereiro, foram registrados 41 assassinatos, recorde histórico no Estado.

Tardou, mas não falhou

Cinco anos depois de ajuizar ação, o delegado da Polícia Federal Leonardo Baeta Damasceno, que comandou as operações “Turquia” e “Duty Free”, vai receber indenização de R\$ 10 mil por danos morais de João Luiz Fregonazzi e José Augusto Fregonazzi.

Tardou, mas não falhou 2

Os dois réus eram servidores da Receita Federal e foram pegos nas operações, que aconteceram nos anos de 2008 e 2009. Os Fregonazzi usaram um site chamado “O cabresto sem nó” para falar mal do delegado. O site também terá que publicar nota oficial com retratação.

A dúvida

A Justiça mandou a mulher de Sérgio Cabral sair de Bangu 8 e ir pra casa “para cuidar dos filhos”. Vem cá, e quando o casal fazia farrá com dinheiro roubado, pelo mundo afora, quem tomava conta dos reventos?

Projeto de lei quer impedir que preso antes do julgamento tenha cabeça raspada

Segundo a deputada Raquel Lessa (SD), o projeto visa preservar a identidade e evitar a humilhação de pessoas que ainda não foram declaradas culpadas pela Justiça

Um projeto de lei apresentado nesta quarta-feira (29) na Assembleia Legislativa do Espírito Santo quer proibir que presos que ainda não foram julgados tenham as cabeças raspadas.

O PL 73/2017 de autoria da deputada Raquel Lessa (SD) visa, segundo a autora, “evitar o constrangimento e a humilhação de pessoas que, por algum motivo foram presas, mas que ainda não tiveram sentença transitada em julgado”.

A deputada acredita que o ‘corte de cabelo padrão’ já no Centro de Detenção Provisória é um “carimbo antes da hora”. Ela acredita que, até que seja comprovada a culpa do preso, ele deve ter sua identidade preservada.

Segundo a proposta, as unidades prisionais que descumprirem a norma cometerão abuso de autoridade, o que acarretará a responsabilidade administrativa, civil e penal do responsável.

“Nossa proposição está baseada em manifestação da Ordem dos Advogados do Brasil, que é ainda mais profunda, quando defende a tese de que o corte forçado de cabelo caracteriza constrangimento ilegal, mesmo nos casos de cidadãos já condenados”, explica a deputada.

TRAMITAÇÃO

O PL 73/2017 está na Comissão de Justiça para análise de recurso apresentado pela autora. É que a matéria foi devolvida pela Mesa Diretora. O despacho denegatório indica inconstitucionalidade da iniciativa, considerada como exclusiva do governador. Raquel Lessa, então, recorreu à Comissão de Justiça, que vai elaborar parecer a ser apreciado pelo Plenário.

Comissão aprova licença maior a pais

A Comissão de Justiça da Assembleia Legislativa deu parecer positivo, ontem, a um Projeto de Lei Complementar (PLC) de autoria do governo do Estado.

O projeto, que altera o Estatuto do Servidor, prevê aumento da licença-paternidade para servidores públicos estaduais de cinco para 20 dias.

Presidente da Comissão, o deputado Gildevan Fernandes (PMDB) disse que a proposta foi aprovada por unanimidade, com acolhimento de três emendas.

Entre elas, a de Enivaldo dos Anjos (PSD) que estende a medida também para servidores comissionados, e uma do parlamentar Rodrigo Coelho (PDT), que estabelece a licença em 180 dias em caso de morte da mãe da criança durante o parto.

“É um projeto de grande importância nas relações humanas e familiares. A cada dia é maior a compreensão da ampliação da participação do pai na educação

dos filhos”, afirmou Gildevan.

Já o deputado Eustáquio de Freitas (PSB) é contra o projeto. “Defendo a família, mas nada justifica o aumento da licença. Qual será a função do pai nesses 20 dias? Cinco dias é suficiente para cuidar do que é preciso após o nascimento”, questionou.

O PLC segue para a Comissão de Cidadania da Casa. O presidente José Carlos Nunes (PT) tem até quarta-feira para dar o parecer. Ele já disse que a matéria não enfrentará dificuldades.

“Já existe uma lei nacional que determina a licença-paternidade em 20 dias. O governo estadual só está se adequando. Não há nenhuma discordância de estender o prazo. Muitas mulheres sofrem de depressão pós-parto. É interessante o pai estar por perto”.

Em Brasília, a senadora Rose de Freitas (PMDB) protocolou, na última terça-feira, um projeto que amplia a licença maternidade de 120 para 180 dias.

Ex-prefeito é condenado a pagar mais de R\$ 1 milhão

O Tribunal de Contas do Estado (TC-ES) condenou o ex-prefeito de São Mateus Amadeu Boroto (PSB) e um servidor efetivo do município a ressarcirem os cofres públicos em R\$ 1,086 milhão. Eles ainda terão de pagar multa de R\$ 22.260 cada um.

A decisão foi dada na última terça-feira pelo plenário da Corte de Contas, que acompanhou o parecer do conselheiro-relator José Antônio Pimentel.

A equipe técnica do TC-ES identificou que o servidor acumulou, por cerca de três anos, inconstitucionalmente, dois cargos públicos remunerados.

“Ao agir sem a observância dos critérios legais e sem tomar as cautelas necessárias e imprescindíveis à cessão do servidor, o gestor possibilitou a ocorrência da irregularidade de acumulação inconstitucional de dois cargos públicos”, diz o voto do relator.

Boroto disse que só vai se pronunciar após ser notificado.

Chefe do Ministério Público divide seus poderes

Em uma portaria publicada ontem no Diário Oficial do Ministério Público Estadual (MP-ES), a procuradora-geral de Justiça, Elda Spedo, delega ao subprocurador-geral administrativo Eder Pontes atribuições exclusivas da Procuradoria-Geral.

Ao todo, são 20 atribuições em que Elda autoriza ao seu antecessor no cargo desempenhar funções em seu lugar.

“Coordenar e monitorar as atividades das secretarias executivas do Colégio de Procuradores de Justiça e do Conselho Superior e autorizar afastamentos de procuradores de Justiça, inclusive as despesas deles decorrentes, como diárias e passagens aéreas” são poderes que Elda possui e que passou a dividir com Eder.

Esta última coloca o subprocurador como ordenador de despesas, segundo promotores.

Procurada, a assessoria do MP não respondeu os questionamentos até o fechamento da edição.

CHAPA DILMA-TEMER

Gilmar sem previsão para fim de julgamento

O presidente do TSE disse que a ação contra a chapa vencedora da eleição 2014 terá muita discussão de provas antes de um desfecho

BRASÍLIA

O presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), ministro Gilmar Mendes, afirmou ontem que a ação contra a chapa vencedora da eleição presidencial de 2014 terá muita discussão de provas e que não é possível prever quando a Corte vai terminar de analisar o caso.

O julgamento vai começar na semana que vem, quando estão previstas quatro sessões, a primeira delas na manhã de terça-feira. Como a ex-presidente Dilma Rousseff sofreu impeachment no Congresso, a ação poderá, na prática, levar à cassação do mandato presidente Michel Temer, que era seu vice e assumiu o cargo em 2016.

Questionado sobre se será um julgamento longo ou se não é possível prever isso, ele disse: "Não dá. Não sabemos quantos incidentes vamos ter", afirmou.

Qualquer que seja a decisão do TSE – absolvição, cassação ou apenas tornando Dilma inelegível sem tirar Temer do cargo, Gilmar afirmou que caberá recurso ao Supremo Tribunal Federal (STF).

Perguntado se o simples fato de apresentar um recurso ao STF é capaz de suspender a decisão do TSE, antes mesmo de a Suprema Corte começar a analisar o caso, o ministro não quis responder.

"Não vou falar sobre isso agora. Estamos iniciando o julgamento. É um processo com um relatório de 1.086 páginas e mais de 7 mil páginas no processo. Tem muita discussão de provas. Temos de esperar



GILMAR MENDES: análise da Corte será iniciada na próxima terça-feira

tudo isso", disse Gilmar.

As defesas de Dilma e Temer querem mais prazo, em especial para rebater acusações de executivos e ex-executivos da Odebrecht que depuseram na ação.

Além disso, na semana seguinte, já será Páscoa, quando o Judiciário costuma ficar esvaziado. O momento em que ocorrerá o julgamento é importante porque haverá mudanças em breve na composição do TSE.

A ação começará a ser analisada na semana que vem, com a presença dos ministros Henrique Neves e

Luciana Lóssio. Mas os mandatos deles terminam, respectivamente, em 16 de abril e 5 de maio. Em razão disso, e da possibilidade de um pedido de vista que adie o julgamento, os dois deverão antecipar seu voto.

Gilmar também é ministro do STF, assim como outros dois colegas no TSE: Luiz Fux e Rosa Weber. Tanto Gilmar quanto Rosa afirmaram que já começaram a ler o relatório do ministro Herman Benajmin, que cuida da ação. Fux, por sua vez, disse que ainda não deu início à leitura.

ANDRÉ DUSEK/AGÊNCIA ESTADO

O DESEMBARGADOR Samuel Meira Brasil Junior, doutor em Direito Processual pela Universidade de São Paulo (USP) e mestre em Inteligência Artificial pela Ufes, recebeu da UVV o título de Doutor Honoris Causa.

Vitória pode virar a capital dos crimes virtuais

Especialistas fazem o alerta e dizem que falha na identificação dos usuários da rede facilita a ação de quem quer cometer crimes

Lorrany Martins

Uma rede de internet gratuita pode ser uma boa oportunidade para consultas e até para bater um papo no aplicativo. Mas, quando a rede não é segura, pode ser um paraíso para criminosos da internet.

E a rede de wi-fi gratuito da Prefeitura de Vitória pode virar o ambiente perfeito para criminosos, segundo especialistas. De acordo com eles, há falhas na identificação dos usuários da rede e isso facilita para quem quer cometer crimes.

"A iniciativa da prefeitura de promover a inclusão digital é louvável. Porém, da forma como está sendo feita, é bastante temerário. O sistema não é capaz de identificar com segurança o usuário. Isso pode transformar Vitória no paraíso dos cibercrimes", disse o especialista em crimes virtuais Eduardo Pinheiro.

O especialista explicou que, como para entrar na rede pública da cidade é necessário ter o celular e não há qualquer solicitação de dados, fica mais fácil para quem planeja cometer crimes virtuais não ser identificado.

De acordo com o advogado Newton Dias, especialista em Direito Digital, é necessário essa identificação para que, caso ocorra algum crime, a polícia possa identificar o autor. "Isso é exigido por lei, no Marco Civil da Internet. O provedor do acesso tem de identificar e fornecer para a Justiça dados do criminoso. Se ele não tem a capacidade para isso, ou se negar, pode ser entendido como coautor do crime", esclareceu.

O advogado disse ainda que é importante o papel de se expandir a rede, no entanto é preciso con-



EDUARDO PINHEIRO: "Promover a inclusão digital é louvável. Porém, da forma como está sendo feita, é temerário"

trole. "A partir do momento que descobrimos que a polícia não é capaz de identificar os criminosos vão migrar para a rede de Vitória", disse.

Segundo o CEO da Sempre On, Giuseppe Feitosa, há várias maneiras de identificar esse usuário e, por lei, é preciso que essas informações fiquem armazenadas durante um ano. "Tem sistemas que pedem CPF, nome completo, data de nascimento, sexo e número de celular. Isso garante que a empresa não seja coautora do crime, além de seguir a lei".

A rede de wi-fi gratuito de Vitória tem 170 pontos e mais de 3,5 milhões de acessos todos os meses.

Já a Delegacia de Repressão aos Crimes Eletrônicos recebe uma média de 180 registros de crimes virtuais por mês.

SAIBA MAIS

Marco da Internet

- > APROVADA em 2014, a lei prevê que os provedores de internet devem identificar e armazenar os dados dos usuários e as atividades, durante um ano. Casos seja pedido pela Justiça, o provedor está obrigado a fornecer esses dados para a investigação.
- > CASO NÃO FORNEÇA os dados, o provedor pode ser corresponsabilizado por crime cometido na rede, seja pública ou privada. Como a rede da prefeitura não pede dados de cadastro do usuário, especialistas acreditam que ela não tem como fornecer esses dados, caso seja necessário.

Crimes

- > A DELEGACIA de Repressão aos Crimes Eletrônicos recebe uma média de 180 registros por mês. Deste total, cerca de 50% são de crimes contra a honra, como calúnia, difamação e injúria. Segundo a Polícia Civil, um comentário pode configurar crime quando ofende a reputação da vítima perante terceiros ou ofende sua dignidade, sendo que deve estar presente a intenção do autor em ofender.

Fonte: Delegacia de Repressão aos Crimes Eletrônicos e especialistas consultados.

Prefeitura vai mudar cadastro para aumentar a segurança

O cadastro para utilizar a rede pública de internet da Prefeitura de Vitória vai mudar. O programa vai pedir alguns dados para uma identificação mais completa do usuário. A informação é do subsecretário municipal de Tecnologia da Informação, Márcio Passos.

Ele explicou que, a partir do próximo mês, os usuários vão ter de preencher um cadastro. "Hoje, o sistema de segurança identifica todos os dispositivos que estão na rede. Ele mostra o local onde foi o acesso e o número de identificação do aparelho, como se fosse o número de identidade. Isso permite que a agente identifique quem acessou", explicou.

De acordo com Passos, o cadastro vai ajudar a aumentar a segurança, pois, além de identificar o aparelho, vai identificar também a pessoa que acessa.

OPINIÕES



“Se tem o serviço de wi-fi e permite fazer o crime virtual sem a identificação, é ilegal também”

Newton Dias, advogado de Direito Digital



“Sem o cadastro, impossibilita a identificação de um possível criminoso que utilizar a rede pública”

Giuseppe Feitosa, CEO da Sempre On

merval@oglobo.com.br

MERVAL PEREIRA



Uma decisão do STF a esta altura daria chance para que os advogados de defesa dos acusados tentassem anular as decisões de Fachin

Ritmos distintos

O futuro político do país está tão concentrado nos tribunais superiores quanto no Congresso, com as reformas estruturais, o que mostra bem o estágio de judicialização a que chegamos. Por isso mesmo, a ministra Cármen Lúcia, embora muito criticada, decidiu dedicar a pauta do STF de abril a temas de repercussão geral, e deixou de fora temas polêmicos como a discussão do foro privilegiado.

Com a decisão, ela não apenas favorece que o acúmulo de processos se reduza, já que com a repercussão geral cerca de 100 mil processos são resolvidos automaticamente, ajudando a agilizar as decisões, como evita que o STF se intrometa em assunto que está sendo debatido no Congresso.

O caso que suscitaria uma decisão do Supremo sobre esse tema central da política brasileira hoje trata do atual prefeito de Cabo Frio, no Rio de Janeiro, Marcos da Rocha Mendes, que foi empossado como suplente do deputado cassado Eduardo Cunha, mas renunciou para assumir o cargo.

O prefeito responde a uma ação penal no STF por suposta compra de votos, mas, em função da posse, o processo deve ser remetido para a Justiça de Rio. O ministro Luís Roberto Barroso liberou o caso para julgamento pelo plenário. Em seu despacho, diz que os detentores de

foro privilegiado somente devem responder a processos criminais no STF se os fatos imputados a eles ocorrerem durante o mandato.

No caso de fatos que ocorreram antes do mandato, a competência para julgamento seria da Primeira Instância da Justiça. A ministra Cármen Lúcia teve também o cuidado de não criar embaraços para o ministro Edson Fachin, que já anunciou que dedicará o mês de abril para analisar os processos da Operação Lava Jato relacionados às delações premiadas da empreiteira Odebrecht.

Uma decisão do STF a esta altura daria chance para que os advogados de defesa dos acusados tentassem anular as decisões de Fachin, e ele mesmo ficaria inseguro para julgar antes que o plenário chegasse a uma votação final.

No mesmo momento político teso, o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) começa a julgar o processo de cassação da chapa Dilma-Temer. Na terça-feira, 4 de abril, serão duas sessões, uma às 9h e outra às 19h. No dia seguinte, uma sessão às 19h e, na quinta-feira, outra às 9 horas. Teoricamente essas sessões seriam suficientes para uma definição rápida do caso, só que não.

O julgamento começa com o relator Herman Benjamin lendo um resumo com as diligências, os depoimentos e, enfim, todas providências tomadas na fase de instrução. Em seguida, os advogados de acusação e de defesa subirão à tribuna. Depois, falará o representante do Ministério Público Eleitoral.

O voto do relator deveria ser dado na sequência, mas existe a possibilidade de que a defesa e a acusação

Os pontos-chave

1

O futuro político do país está tão concentrado nos tribunais superiores quanto no Congresso, o que mostra o estágio de judicialização a que chegamos

2

O Tribunal Superior Eleitoral começa a julgar o processo de cassação da chapa Dilma-Temer na terça-feira

3

O ritmo da Justiça é diferente do da ansiedade da sociedade

levantem questões que já estão colocadas nas declarações pela imprensa: pedem a ampliação do prazo para que tomem conhecimento do conteúdo dos documentos enviados nos últimos dias pelo juiz federal Sérgio Moro, pela Polícia Federal e pelo Ministério Público.

Eles se referem aos depoimentos de Marcelo Odebrecht e diversos ex-executivos da empreiteira, e não apenas seu conteúdo. Também os documentos enviados por Moro com planilhas, demonstrações de horários de encontros e depósitos que comprovam os depoimentos não foram apresentados aos advogados de defesa e acusação em tempo hábil, alegam.

Houve a tentativa de um acordo com o relator Herman Benjamin para que ele desse mais alguns dias para os advogados. Mas, ele não aceitou o pedido. Se, no entanto, o plenário do TSE acatá-lo, o julgamento será suspenso.

Outro obstáculo será um pedido de vista, provavelmente do ministro Napoleão Nunes Maia, que já comentou que ainda não conseguiu ler as mil páginas do relatório do ministro Herman Benjamin. Como ele é o primeiro ministro a votar depois do relator, provavelmente o julgamento vai parar em suas mãos.

No meio disso tudo, há os feriados da Semana Santa, uma viagem do presidente do TSE, Gilmar Mendes, ao exterior, e dois ministros que encerram seus mandatos entre abril e maio. Muita coisa ainda vai acontecer antes que o TSE dê sua decisão final.

O ritmo da Justiça é diferente do da ansiedade da sociedade.

REFORMA DA PREVIDÊNCIA

Governo quer mudar regras para juízes e promotores

Meta é que magistrados e procuradores de estados e municípios sejam atingidos pelas mudanças. Associação criticou a possibilidade

Luciana Almeida

Juizes, desembargadores, procuradores e promotores poderão ser atingidos pela reforma da Previdência. É que o governo federal quer que as mudanças afetem os membros da magistratura, independentemente se na esfera estadual ou federal.

O relator da reforma da Previdência, deputado Arthur Maia (PPS), explicou que a Constituição garante a essas categorias o princípio da unicidade e, portanto, não poderá haver diferenciação de regras.

Ainda de acordo com Maia, os demais servidores estaduais e municipais ficarão sob a responsabilidade de governadores e prefeitos, que deverão aprovar ou não as alterações nos regimes próprios de previdência. Eles terão seis meses para que as adequações sejam feitas.

Para o presidente da Associação dos Magistrados do Espírito Santo (Amages), Ezequiel Turíbio, as mudanças para a previdência na magistratura não serão positivas.

Segundo ele, as carreiras já sofrem com modificações no sistema de Previdência por conta de reformas desde 1998.

"Quando entrei na magistratura, em 1995, o magistrado se aposentava com 30 anos de profissão. Em 1998, passou para 35 anos e, desde então, foram várias mudanças por conta das reformas do instituto da previdência. Em 2003, houve a Emenda 41, em 2005 a Emenda 47, em 2012 a Emenda 70 e, em 2015, a Emenda 88. Todas essas reformas já atingiram a magistratura e sempre para pior, em nossa lógica."

Ainda segundo Turíbio, essas propostas trazem insegurança, poderão causar problemas em todas as esferas envolvidas e afetar de forma negativa a toda a população.

"Essa questão vai criar mais confusão do que solução. Alguns magistrados terão aposentadoria integral, outros terão o teto da Previdência e terão de optar por uma modalidade privada complementar, entre outras situações. Estamos dialogando com o Congresso para saber o que pode ser melhorado".

Já o Ministério Público do Espírito Santo (MP-ES) informou, por meio de nota, que "caso o projeto em tramitação no Congresso referente à aposentadoria do funcionalismo público venha a ser aprovado, seguirá as orientações que devem ser repassadas pelo Conselho Nacional do Ministério Público."



MAIA disse que outros servidores estaduais e municipais terão a situação definida por governadores e prefeitos

Hartung aprova incluir estados



HARTUNG: "Construção bem feita"

O governador Paulo Hartung disse, em entrevista ao jornal Valor Econômico, que a decisão do governo federal de incluir os estados na reforma da Previdência, caso as Assembleias Legislativas não aprovem mudanças locais num prazo de seis meses, é "uma construção muito bem feita".

Para ele, a probabilidade de se harmonizar a reforma, entre as unidades federativas, com as novas regras, cresce exponencialmente.

"Criou-se um mecanismo de adesão à reforma federal. Pode haver negociação local, mas se tem o marco. O simples não pronuncia-

mento já é uma adesão a ele", disse o governador.

Questionado se o mecanismo retira pressão sobre os governadores, Hartung afirmou que os chefes dos Executivos estaduais devem continuar defendendo a reforma da Previdência com entusiasmo.

Hartung destacou que sempre defendeu a reforma previdenciária, pois o sistema é, para ele, "insustentável". No entanto, ele não adiantou se enviará ou não um projeto à Assembleia Legislativa, e afirmou que dará a sua opinião na medida em que o Congresso for deliberando.

Sindicatos ameaçam parar BRs

Em protesto contra as reformas da Previdência e trabalhista e a nova lei da terceirização, as centrais sindicais convocaram uma paralisação geral para amanhã, em todo Brasil. No Espírito Santo, há sindicatos que ameaçam fechar as BRs 101 e 262.

Além disso, há entidades promovendo a realização de atos que visam chamar a atenção da sociedade em relação às mudanças previstas nos projetos.

O presidente do Sindicato dos Comerciantes do Espírito Santo, Jakson Andrade, destacou que a intenção é pressionar o governo federal e pedir apoio aos deputa-

dos federais e senadores para que todos lutem contra essas mudanças.

"Temos de fazer alguma coisa para mostrar que não apoiamos as mudanças propostas pelo governo federal, por isso vamos ter grupos que irão fechar as rodovias, para chamar a atenção de todos".

Os locais e horários que as rodovias federais serão fechadas não foram informados pelos organizadores da ação.

Para a secretária de Administração e Finanças da Central Única dos Trabalhadores (CUT-ES), Clemlilde Cortes Pereira, a data para o

movimento foi escolhida para lembrar o golpe militar de 1964. Ela destacou ainda que dois atos estão previstos, sendo um pela manhã e outro à noite.

Assim como em todo o Brasil, o movimento tem o objetivo de construir a greve geral que já está sendo convocada pela CUT e por outras centrais para o dia 28 de abril.

Ainda de acordo com Clemlilde Cortes Pereira, as mobilizações de amanhã e a greve geral do próximo dia 28 são fundamentais para que o Congresso Nacional perceba a insatisfação dos brasileiros com os projetos em andamento.

Temer recua em cálculo para definir valor de benefício

Durante a tramitação da reforma da Previdência na Câmara, o governo decidiu fazer mais um recuo, que pode diminuir menos o valor das aposentadorias. A decisão, agora, é de manter a base de cálculo dos benefícios como é hoje: correspondente aos 80% maiores salários de contribuição.

O texto da PEC enviada ao Congresso diz que o cálculo seria feito com base na "média das remunerações utilizadas para as contribuições". A informação foi dada à bancada do PSDB ontem.

Diante de um material de divulgação elaborado pelo governo que diz que "o cálculo das aposentadorias passa a ser com base na média simples de 'todos' os salários de contribuição, e não mais sobre os 80% maiores", o deputado Eduardo Barbosa (PSDB) questionou o secretário de Previdência, Marcelo Caetano, que afirmou que o material seria corrigido.

A Secretaria de Previdência informou que a frase contida no documento se trata de "uma interpretação inicial dos técnicos." Segundo a assessoria, a questão não representa um recuo, pois o texto da PEC não especifica o percentual.



TEMER: alterações na proposta

"Sem reforma, Brasil paralisa em sete anos", diz Presidente

O presidente Michel Temer voltou a defender ontem a aprovação da reforma da Previdência como essencial para a sustentabilidade financeira do País no longo prazo.

Segundo ele, sem essas mudanças, o Brasil vai paralisar em sete anos. "Se não se fizer essa reforma agora, daqui a três anos teremos de fazer, senão daqui a sete anos paralisamos o País", afirmou Temer.

Segundo o Presidente, sem a reforma, em 2024 o governo só terá dinheiro para pagar os servidores e não conseguirá fazer investimentos sociais. Ele ressaltou a necessidade de aproveitar o apoio que o governo tem no Congresso Nacional para aprovar a reforma da Previdência e outros projetos que podem favorecer o crescimento do Brasil.